

## Emigração e independência: o caso português no Quebeque

João Freire

*Resumo:* Neste texto apresentam-se os principais resultados de uma investigação empírica realizada durante o ano de 1996 sobre o segmento dos estabelecidos-por-conta-própria da comunidade portuguesa na província do Quebeque, Canadá. A pesquisa foi desenvolvida com base numa metodologia qualitativa - fundamentalmente, entrevistas semi-directivas e observação "externa" -, embora esta última tivesse evidentemente beneficiado de anteriores conhecimento e experiência própria do autor nesta matéria. O objectivo central do projecto situava-se na procura do "cruzamento" das principais observações feitas na análise do trabalho independente em Portugal - em particular, as estratégias dos actores, que o atravessam - com a situação de imigração e as suas condições específicas e particulares. As conclusões apontam para a verificação geral daquelas regularidades e para o reforço, nestes processos, da importância concedida a factores extra-económicos, tais como, com ênfase, os familiares e do próprio "projecto de vida" dos sujeitos. E para uma transição do tipo de imigração tradicional portuguesa para uma situação de comunidade étnica racionalizada.

*Palavras-chave:* Actividade independente; Modernização; Comunidade étnica; Família

### *Em recordação de Gégène e Mémile, operários franceses, meus antigos companheiros de trabalho*

O título provisório com que, em Lisboa, rascunhei este projecto era o de "independência e imigração no Quebeque". Depois de lá estar inserido, percebi o verdadeiro e involuntário alcance do jogo-de-palavras a que ele se prestava: o termo de independência só poderia, às primeiras, ser ali entendido como a independência política da província-nação

francófona do Quebeque; e imigração significaria, por certo, o papel fulcral - nos planos social, cultural e político - que tal fenómeno teve e tem na realidade canadiana, e em particular na perspectiva secessionista actual.

É, pois, indispensável (apesar de não estarmos no Canadá) que se esclareça, de imediato, que este estudo não tem por objecto a situação política canadiana e que a independência de que aqui se trata é a do estatuto sócio-económico de quem trabalha por conta própria, constituindo-se esta pequena pesquisa, realizada com escassos meios pelo autor durante uma estadia de três meses no Quebeque, como um prolongamento da investigação desenvolvida sobre o universo do trabalho independente no Continente, que deu origem à publicação de um livro, há alguns meses atrás<sup>1</sup>. E que o tema da emigração resulta, fundamentalmente, do nosso interesse em “cruzar” as observações feitas sobre aquele estatuto de independência com o projecto e o percurso migratório que marcam a vida de muitos dos nossos compatriotas. Desejava-se, ainda, que esta observação fornecesse algumas pistas sobre as motivações, estratégias e itinerários profissionais e sociais dos emigrantes portugueses, que pudessem contribuir para o lançamento de uma investigação mais vasta e ambiciosa sobre tal temática<sup>2</sup>.

Uma última observação inicial deve ser feita acerca da unidade geográfica escolhida para delimitação territorial da nossa análise. Sendo os dois principais polos de portugueses imigrados no Canadá as regiões de Toronto e de Montreal, ficou claro desde o início que a opção (prática) pela metrópole quebequense significava a adopção de um quadro contextual afectado, cultural e politicamente, pelo fenómeno do independentismo francófono, em especial na conjuntura vivida após o polémico referendo de Outubro de 1995<sup>3</sup>. E, em sentido oposto, o prescindir de um contexto substancialmente diferente, de maior integração e optimismo, que é o vivido no ambiente anglófono do Ontario. Isto significa que a situação por nós analisada é atravessada por uma complexa trama de acções, sentidos e sentimentos que ultrapassam completamente o nosso objecto de pesquisa, mas que o afectam, nalguns aspectos de forma bastante directa<sup>4</sup>.

Por outro lado, verá o leitor que, ao falarmos do Quebeque, estamos na realidade a falar da região metropolitana de Montreal. Não se trata de um equívoco nem de um reducionismo, mas de um *transfert* operatório justificado pelo facto de, em primeiro lugar, a comunidade portuguesa da província do Quebeque se concentrar esmagadoramente nesta unidade territorial; em segundo lugar, o “bairro dos portugueses” (à volta do popular Boulevard Saint Laurent) estar hoje em evidente declínio mas manter ainda referências simbólicas importantes e únicas para ela; e, por último, de os mais recentes movimentos espaciais estruturadores da vida social

destes portugueses (residência, trabalho, escola, consumo, lazeres) se processar hoje fundamentalmente no quadro deste espaço mais alargado da área metropolitana de Montreal, mas sem o transvasar (por exemplo, mantendo a loja em St. Laurent e habitando nas zonas periféricas, residenciais e de “classe média” de Laval ou de Brossard). Anote-se ainda o facto desta área metropolitana ser, ao contrário da generalidade das outras cidades da Província, simultaneamente um espaço cultural e histórico bi-polar (francófono-anglófono), imperfeitamente correspondido por convicções e práticas religiosas importantes, igualmente bi-polarizadas (católicos-protestantes), e coexistindo com comunidades étnicas mais antigas ou mais recentes, nas quais a vontade de integração na “nação canadiana” se mantém em tensão com atitudes de afirmação identitária de grupo (judeus, hispânicos, antilheses, africanos, gregos, portugueses, etc.).

## **Fenómenos migratórios e trabalho independente**

Os movimentos migratórios modernos atribuíveis a causas de natureza predominantemente económica têm um quadro teórico explicativo no qual se distinguiu inicialmente o modelo de “repulsão-atracção” proposto por Ravenstein, continuado depois pelas teorias acerca do mercado de trabalho e do equilíbrio que se geraria entre espaços geográficos fornecedores e receptores de mão-de-obra através da variável salarial, e criticado, sobretudo após as crises de entre-as-duas-guerras, pela fragilidade dos seus pressupostos de racionalidade perfeita que presidiriam às decisões das pessoas, nesta matéria. Em alternativa, as perspectivas abertas por Wallerstein com o seu conceito de sistema mundial permitiram deslocar o foco da análise das migrações, das decisões individuais para o complexo de relações de interdependência estruturada entre países e regiões (com aproveitamentos diferenciados para cada um, em termos de benefícios, poder e influência, segundo o seu grau de centralidade-afastamento), o qual geraria não somente os fluxos de capitais e mercadorias entre esses diferentes “espaços”, mas igualmente os seus movimentos de mão-de-obra. As migrações não seriam, assim, o resultado de puras decisões individuais completamente informadas, nem “determinadas” por variáveis económicas, mas decorreriam antes de decisões dos agentes (de emigrar, ou de retornar, por exemplo) tomadas no contexto de “limitações e oportunidades de um dado mercado e numa dada altura (que) terão de ser compreendidas como condições de mercado específicas que têm origem em relações e contradições mais amplas inerentes ao sistema capitalista mundial” (Jackson: 34).

A ideia de que os constrangimentos e variáveis sociais condicionam fortemente decisões e comportamentos deste tipo conduziu, por exemplo, nos anos 80, à formulação de proposições teóricas várias sobre a segmentação do mercado de trabalho e sobre o sistema de emprego. No campo de estudo das migrações, levou também à utilização dos conceitos de identidade e de rede para explicar com mais rigor fenómenos como os da resistência às políticas integracionistas de certos países importadores de estrangeiros ou a persistência das migrações clandestinas em países de “fronteira fechada”. Na sua investigação sobre a história da imigração portuguesa nos Estados Unidos da América, por exemplo, Baganha pôs em evidência o papel dinâmico das redes de relações primárias (familiares, de conterraneidade, etc.) para prosseguir e prolongar o efeito inicial do apelo de mão-de-obra desencadeado pelo desenvolvimento económico americano.

Estes vários esquemas teóricos estão, de certa maneira, presentes nesta investigação. Em particular, a existência de “atrações” e “repulsões” que são integradas racionalmente e em termos primordialmente económicos (rendimentos, oportunidades de emprego, custo de vida, etc.) nos processos de decisão fundamentais da “aventura migratória”; a consideração de que tais decisões revestem uma natureza estratégica (i.e., a consideração ponderada de um número importante de factores complexos e dos efeitos dilatados, no tempo e sobre pessoas terceiras, dessas decisões) e não somente uma racionalidade formal; e a importância concedida a variáveis não-rationais como a de certos valores profundamente interiorizados na cultura e no comportamento social dos sujeitos, a afectividade transbordante nas relações familiares ou os “projectos de vida”.

Acresce que, como se dizia no início, o âmago deste projecto se situava na maneira como o processo migratório poderia interferir - fortalecendo-o, diminuindo-lhe a nitidez, ou condicionando-o por qualquer outra forma - com o processo de construção de um estatuto de trabalhador independente, cujos principais traços havíamos identificado a partir de um inquérito nacional, no continente português. Enfatizámos então a importância do “projecto de autonomia” e do “projecto empresarial”, em especial pela forma como eles se inscreviam no seio de um movimento mais amplo de aspirações de ascensão social, ao mesmo tempo que pudemos descrever os sucessos, mas também os travezes e armadilhas de tais itinerários, que desembocavam em estatutos (relativamente diferenciados, embora comunicantes) como os dos “trabalhadores isolados”, dos “micro-empresários”, dos de “actividade secundária independente” e, mais distanciadamente, dos “profissionais liberais” e dos “falsos independentes”.

Afinal, como se combinaria a vontade de “melhorar a vida”, em país mais desenvolvido, com a aspiração a trabalhar por conta própria ou de tornar-se empresário, com o reconhecimento social que lhe está associado? Foi o que procurámos descobrir através de uma imersão temporária no universo dos portugueses do Quebec.

### **Uma observação (pouco) participante**

A importância reconhecida às metodologias de pesquisa social qualitativa para lidar com questões como o cálculo estratégico (e não apenas racional) dos potenciais migrantes, o funcionamento de redes de cooperação numa base identitária de grupo ou a avaliação dos custos-benefícios das várias soluções possíveis para a fase de aposentação profissional, levou-nos à escolha de um método de investigação assente, fundamentalmente, na técnica da entrevista semi-directiva a imigrantes portugueses estabelecidos por conta própria em Montreal, a qual deveria obedecer aos seguintes critérios: um número de entrevistados situado entre vinte e trinta; conter pessoas dos escalões etários mais jovens (20-30 anos), de meia-idade e de idade mais madura (até à casa dos 60 anos), todos ainda activos; conter um número mínimo de mulheres; conter proporções significativas de originários do Continente e das Ilhas Atlânticas; e, por último, representar ramos de actividade sócio-profissional diferentes, e relevantes dentro do leque de actividades desenvolvidas pelos portugueses estabelecidos em Montreal. Acresce que esta técnica era das poucas compatíveis com os recursos de que dispunhamos (tempo de estadia e meios financeiros). Ou seja: o desenho teórico-metodológico do projecto foi construído tendo em conta estas circunstâncias práticas imperativas.

A constituição daquela listagem de entrevistados resultou da análise feita às actividades constantes em dois repertórios locais existentes (publicações *Portugal em Montreal* e *Anuário Comercial Português*<sup>5</sup>), procedendo-se, dentro de cada categoria profissional, ao sorteio da pessoa a entrevistar entre os nomes aí contidos (e prosseguindo na lista, desta forma aleatória, cada vez que ocorria uma recusa ou impossibilidade de realização da entrevista).

A montagem e execução deste dispositivo central foi antecedida de uma fase preparatória que incluiu entrevistas a observadores privilegiados<sup>6</sup>. E todo o processo de trabalho de campo esteve sujeito igualmente a uma disposição atitudinal do investigador de observação directa permanente que, embora necessariamente exterior ao grupo observado, muito beneficiou da sua anterior experiência de emigrado<sup>7</sup>. Isto permitiu-lhe ter,

durante três meses, uma permanente atenção a factos, comportamentos e falares observáveis na vida quotidiana corrente, em particular nos espaços públicos urbanos (edifícios, ruas, bairros, espaços de “ar livre”, meios de transporte, etc.) e nos espaços e tempos mais especializados de consumo (lojas, restauração, centros comerciais, espectáculos, etc.), e registar alguns deles, especialmente interessantes, relativos a portugueses, sem se fazer reconhecer como “observador profissional”. Permitiu-lhe também, em situação de entrevista, um rápido processo de familiarização com a maior parte dos entrevistados, em que, após a apresentação formal, a progressiva e selectiva revelação de ter sido, ele próprio, imigrante, operário em fábrica, de viver e ter raízes em meio aldeão, etc., levava à instauração de um clima de confiança e, nalguns casos, de evidente simpatia, que libertava a formalidade e contenção inicial dos entrevistados.

Deste modo, a análise do material informativo das entrevistas pôde ser complementada e interpretada através de múltiplos e subtis entendimentos e sentidos apenas aflorados no “dizível” e sobretudo tributários do “observável” - ou antes, para ser mais rigoroso, das capacidades de observação do pesquisador. Contudo, esta circunstância não desloca fundamentalmente o eixo metodológico da investigação para fora do contexto da entrevista semi-directiva, isto é, para fora de uma situação interactiva de pesquisa onde uma pessoa determinada faz perguntas e coloca questões, e outra pessoa determinada responde, reage e opina. Digamos, pois, que esta situação de entrevista constitui o instrumento metodológico principal, e a observação - com uma parcial vertente participativa - constituirá uma técnica auxiliar de pesquisa, tal como o foram, com efeitos diferentes, as informações obtidas dos observadores privilegiados, das fontes documentais consultadas<sup>8</sup> e de outros observadores da realidade social e urbana de Montreal<sup>9</sup>.

No nosso caso e após apreciação detalhada do material, a informação recolhida e tratada levou à utilização operativa de 34 conceitos-variáveis, agrupados em 4 domínios, a saber:

- aquele a que chamámos de “caracterização social” dos sujeitos e que incluía as 8 variáveis seguintes: idade, sexo, naturalidade, estatuto sócio-económico do pai, escolaridade, país de escolarização, capacidade linguística e antiguidade de emigração no Canadá;
- o domínio designado por “processo migratório” integrando 7 variáveis: idade de emigração no Canadá, itinerário migratório, decisão de emigração, motivação para emigrar, circunstâncias da emigração, projecto de emigração e intenções de futuro;
- o domínio da “actividade profissional”, que comportava 11 variáveis: percurso sócio-profissional, razão da mudança de estatuto, es-

tratégia de independência, estatuto de independência, anterioridade de actividade, data do estabelecimento, colaboradores, assalariados, dificuldades da actividade, factores importantes para o estabelecimento e ramo da actividade profissional;

- e, por último, o domínio da “família”, compondo-se de 8 variáveis: casamento, actividade do cônjuge, língua familiar, número de filhos, escolaridade dos filhos, actividade dos filhos, áreas de investimento e projecto de vida.

É com base na informação assim organizada que apresentamos o essencial do nosso esforço de análise.

## Análise e discussão

O conjunto de entrevistas efectuadas atingiu o número de 33, que consideramos suficiente para o tipo de análise efectuada, já que ele permitiu claramente identificar as alternativas existentes e socialmente significativas em cada uma das variáveis consideradas, e mesmo apreciar a sua importância relativa.

Neste grupo existem 5 *mulheres* (15% do total), número que coincide praticamente com o mínimo que havíamos fixado (4 ou 5), mas que talvez corresponda até com alguma fidelidade ao lugar que elas ocupam no universo sócio-profissional em estudo. Por seu lado, as *idades* dos entrevistados corresponderam também, sem surpresas, à distribuição equilibrada que desejávamos, registando-se 1 pessoa com menos de 30 anos, 5 com 30 a 39 anos, 17 com 40 a 49 anos, 7 com 50 a 59 anos e, finalmente, 3 com mais de 60 anos de idade.

Encontrámos, de novo, como pretendíamos e sem qualquer dificuldade, uma distribuição das terras de *naturalidade* fortemente partilhada entre Continente e Ilhas Atlânticas, com 10 naturais dos Açores (praticamente todos de S.Miguel) e 1 da Madeira, e 19 do Continente. Estes, significativamente, provinham de forma extremamente concentrada e equilibrada apenas de três regiões: do Minho, da Beira Interior e da Beira Litoral (desde Albergaria-A-Velha até às bandas de Caldas da Raínha). Nem um transmontano, alentejano, algarvio ou originário de cidades! Em contrapartida, encontrámos ainda 3 naturais de países estrangeiros (da África do Sul, do Brasil e do próprio Quebeque), levantando desde logo não apenas o problema da “segunda geração” mas também o da circulação de migrantes portugueses entre os vários países de imigração.

A categoria sócio-económica do *pai* dos entrevistados mostrou-nos a grande paridade existente entre aqueles que detinham um estatuto de

trabalhador assalariado manual e os pequenos agricultores, com um diminuto grupo de comerciantes ou trabalhadores por conta própria. Com não menor significado, pudemos apurar que perto de metade dos respondentes tinham pais que haviam eles próprios emigrado (transportando-os consigo, enquanto crianças ou jovens, ou tendo-o feito anteriormente e independentemente das partidas dos entrevistados). Em idêntica proporção, verificámos situações de famílias numerosas (5 ou mais filhos) na casa paterna dos nossos entrevistados.

Quanto ao capital cultural do grupo em análise, ele acusa, sem particulares surpresas, compreensíveis correspondências com a época, a idade e as particularidades do processo migratório de cada um. Assim, observámos que a *língua materna* dos entrevistados foi sempre o português, com excepção do caso de nascimento no Quebeque, em que ocorria ser a mãe de nacionalidade espanhola e a língua familiar o francês. O grau de *escolaridade* mais elevado frequentado pelos respondentes revela que um pouco mais de metade possui uma escolaridade primária (alguns, de 6 anos de duração) e um terço atingiu o ensino secundário (em especial, um secundário de características técnico-profissionais). Uma pequena minoria realizou estudos superiores e encontrámos ainda um analfabeto (dos mais idosos e de origem açoriana). Esta escolarização foi feita, para uma boa maioria, em Portugal, antes de emigração, enquanto cerca de um quinto dos respondentes fizeram-na já integralmente em país estrangeiro e uma outra parcela idêntica realizou parte dos seus estudos em Portugal e parte no estrangeiro. Finalmente, todos os entrevistados falam correntemente *três idiomas* (português, francês e inglês), para o que contaram certamente as ajudas e exigências, em matéria de cursos de línguas, das autoridades administrativas que superintendem a imigração no Canadá.

Uma confortável maioria dos entrevistados emigrou antes de 1974. Depois, o movimento *declinou* consideravelmente e este declínio - e consequente envelhecimento da comunidade portuguesa no Quebeque - marca muito da situação actual. Dos nossos entrevistados, apenas um emigrara nos últimos dez anos.

Com base nestes dados, julgamos, pois, poderem sustentar-se três asserções importantes:

- o fluxo migratório português para o Quebeque dos últimos trinta e tal anos terá verificado a condição fundamental de um diferencial económico significativo entre as condições de emprego e remuneração nesta região e em Portugal (quer relativamente ao Continente quer às Ilhas Atlânticas), tendo este diferencial vindo a reduzir-se de maneira significativa depois da mudança do regime político no nosso país em 1974;

- estes movimentos migratórios inscrevem-se no âmbito de um movimento de mobilidade social ascendente mais vasto, também ele marcado pela viragem de 1974;
- são elementos fundamentais deste processo ascensional não apenas a evolução da estrutura de estatutos de ocupação sócio-profissional entre os emigrantes e os seus respectivos pais, mas igualmente as condições adquiridas de vida urbana e cidadã (mesmo como imigrantes no país de acolhimento), e, sobretudo, o capital cultural alcançado por eles próprios e proporcionado aos seus descendentes.

## Processo migratório

Correspondendo aos dados recolhidos sobre a escolaridade, apurámos que cerca de metade dos entrevistados imigraram para o Canadá já adultos e com uma *idade* situada entre os 18 e os 29 anos, enquanto que apenas 4 contavam idades situadas entre os 30 e os 34 anos (o mais idoso). Por outro lado, um quinto do total eram adolescentes com idades situadas entre os 11 e os 17 anos, e apenas quatro crianças com 5 a 10 anos de idade.

O *itinerário geográfico migratório* não é simples, redutível ao esquema “chamada-resposta”. Se uma expressiva maioria realizou efectivamente o trajecto directo Portugal-Quebeque, existem também alguns que fizeram o itinerário Portugal-Canadá (em outra Província que não a francófona)-Quebeque, ou ainda Portugal-outro país-Canadá-Quebeque. Esta observação suporta, evidentemente, uma concepção multipolar dos “apelos” e “rejeições” muito mais complexa do que o esquema bi-polar evocado acima.

Quanto ao modo como se processou a saída de Portugal, a análise das três variáveis que utilizámos desenham um quadro que identifica os principais factores presentes no processo. Assim, no que toca à questão da *decisão de emigrar*, apurámos que, as mais das vezes, ela é tomada individualmente, quase sempre já em idade legal adulta e que aqui também se inclui o caso de mulheres. Existe uma outra situação, que ocorre exclusivamente com os de idade superior a 28 anos, e que é a de uma decisão familiar, tomada em conjunto pelo casal e tendo em conta os problemas específicos dos filhos já existentes. Há ainda um pequeno número de casos em que a emigração aparece intimamente associada à decisão de casamento, isto é: emigra-se porque o outro nubente (seja homem ou mulher!) está já emigrado. Regina<sup>10</sup>, por exemplo, veio “para se casar”, e Dario explica que veio com intenção de casar com a namo-

rada, cuja família tinha imigrado “mais por razões militares (dos filhos) do que económicas”, para de seguida regressar, mas que já não o fez porque o sogro lhe “facilitou a vida” e ofereceu “um apartamento para morar (...) para evitar que regressasse a Portugal”.

No que diz respeito à *motivação para emigrar*, a complexidade deste factor levou-nos a apenas tentarmos distinguir uma motivação genérica de aspirar a uma “melhoria de vida” (correspondente a perto de metade dos entrevistados), da existência simultânea de outras razões mais específicas, tais como o casamento, o desejo forte de querer “mudar de país”, o querer alterar o rumo da vida do conjunto da família (progenitores incluídos), a fuga à guerra nas colónias, etc. (representando cerca de um quarto do grupo inquirido). Acácio, por exemplo, diz ter “ouvido falar as pessoas do Canadá, que era bom, e a título de curiosidade decidi vir ver como era” e “logicamente, ter tido a ambição de melhorar a sua vida”. Para Júlia, porém, que veio da região da Serra da Estrela com 17 anos, a viagem correspondeu a uma ruptura dolorosa com o meio de origem: “Foi uma doidice, uma loucura, não tem explicação! (...) Foi muito difícil a adaptação!” Num outro caso, Aida, então com 22 anos, foi o verdadeiro promotor da emigração da família, revelando todo o seu inconformismo e iniciativa: “O meu pai não tinha espírito de emigração. Era muito sensível e não queria deixar a família lá. E eu disse, se o pai me deixar ir, eu vou. Nós éramos muito unidos, estávamos todos juntos. O meu pai dava trabalho a todos em casa. Eu aprendi a costura, as minhas irmãs aprenderam a costura, os meus irmãos foram aprender a arte da construção, com ele. Pedi-lhe para vir para o Canadá, que depois talvez eu pudesse mandar chamar a família. (...) Trouxe os meus familiares, o meu pai arranjou logo trabalho aqui numa carpintaria, três dos meus irmãos foram estudar, dois foram trabalhar. Conseguimos fazer uma vida... mais ou menos”.

Em terceiro lugar, na apreciação das *circunstâncias concretas da partida*, identificámos, por um lado, a existência frequente de uma “chamada de familiares”, isto é, de uma situação em que o nível emigrante parte com a confiança do apoio inicial de uma pessoa próxima que reside já na terra de destino, e, por outro lado, a ocorrência, embora menos frequente, da existência de familiares que são ou já foram emigrantes e que, sem constituírem um auxílio efectivo ao candidato à emigração, retiram alguma carga emocional ao processo de partida ou mesmo o encorajam, pelo sucesso ou a ousadia do gesto. Eufrázio, por exemplo, “veio sozinho, mas já tinha aqui a irmã”; a Júlia “foi uma tia que a trouxe”; e a Manuel “foi um cunhado que o chamou”.

Em todas estas três variáveis sobrou um “resto” (da ordem de um quarto do total) onde constatámos não ter havido nem decisão, nem

motivação, nem circunstâncias especiais, que corresponde a menores de 18 anos, onde a mudança para o estrangeiro foi determinada pela decisão de emigrar dos seus pais.

Se estes três conceitos - decisão, motivação e circunstâncias - podem ser vistos como elementos de uma acção dos sujeitos de carácter estratégico, poder-se-á contudo falar, a respeito dos que tomaram deliberadamente o caminho do estrangeiro por razões económicas, da existência de um *projecto de emigração*, com o mesmo sentido de acção estratégica? As informações obtidas da nossa pesquisa não são muito conclusivas já que, na maior parte dos casos, tal projecto não terá sido formulado, pelo menos de uma maneira explícita, racional e de tal forma que o interrogado ainda o possa hoje reconstituir. Não obstante isto, identificámos perfeitamente projectos minoritários vários de contornos bem definidos, quer ligados ao casamento e à constituição de família, quer o conhecido projecto temporário de-ida-e-retorno, quer ainda projectos mais radicais ligados a processos pessoais de rupturas (com a família, o meio, etc.) ou de aventuras (“tentar a sorte”, etc.).

Vale a pena inserir aqui a observação de que, perante os dados até agora apresentados, poderia sustentar-se a ideia de que a emigração portuguesa no Quebeque corresponderia maioritariamente a uma “emigração tradicional” marcada pela exclusão e o afastamento, mal compensada pela melhoria do nível de vida e investindo fortemente em objectivos e iniciativas simbólicas tais como o apego às tradições religiosas, o associativismo de emigração ou representações míticas da identidade nacional como os sucessos desportivos internacionais de portugueses. Tal era provavelmente a situação em finais dos anos 70, quando Anderson-Higgs publicaram o seu livro sobre as comunidades portuguesas no Canadá. Adiante veremos que esta imagem só parcialmente corresponderá à realidade de hoje.

Por último, as *intenções de futuro* aparecem logicamente afectadas pela idade e situação de família do emigrante e marcadas pela incerteza da evolução do contexto (neste caso, mais referenciado à situação do Canadá e do Quebeque, do que à de Portugal). A disposição que mais frequentemente se encontra é, pois, a da dúvida ou de remissão para mais tarde de uma tomada de posição sobre o assunto. Entretanto, encontram-se também expressões significativas da decisão de retornar (com prazos de 2 a 5 anos, quer tal seja ditado por motivos positivos do cumprimento de objectivos fixados, quer por motivos mais marcados pela negatividade das desilusões adquiridas no país de imigração). Por outro lado, entre os de idade mais avançada, dividem-se as orientações quanto à organização da vida do casal quando chegar a idade da aposentação profissional: se

o maior número pensa conservar-se no Quebeque (fundamentalmente porque aí estão integrados os seus descendentes), outros há que ambicionam gozar a reforma em Portugal e outros ainda optar pelo regime de passarem meio ano no Quebeque e meio ano em Portugal, fugindo assim aos rigores do Inverno canadiano - como alguns já o fazem com o gozo de férias prolongadas em Dezembro, Janeiro ou Fevereiro, em Miami, Cuba ou México.

Tal como em outros ajuizamentos, verifica-se aqui um conhecimento prático interessante de natureza especializada e comparativa (valores económicos, mecanismos financeiros, direito económico e civil, etc.), algo surpreendente tendo em conta o capital cultural de base dos sujeitos.

Chegados a este ponto, permitimo-nos formular mais duas observações analíticas de alcance geral, sobre o processo de emigração portuguesa para o Quebeque:

- a existência de uma “socialização de emigração” tornou-se, modernamente, fundamental para os candidatos à expatriação, assumindo as redes de entajuda familiar um papel crucial para a sua efectivação e sucesso;
- dessa “socialização” participa igualmente o alargamento de conhecimentos e de referências geográficas intercontinentais, constituindo este processo não apenas um enriquecimento de ordem cognitiva, comunicacional e cultural, mas igualmente uma instrumentalização racional e operatória para decisões e acções dos sujeitos.

## Actividade profissional

Nesta secção, começamos por referir a evolução dos nossos protagonistas no que respeita à chamada “situação na profissão”, utilizando os conceitos consagrados de assalariado, independente, patrão e trabalhador familiar não remunerado. Os percursos sócio-profissionais dos entrevistados podem, com efeito, ser classificados numa das seguintes três categorias: os que têm um *percurso regular ascendente*, onde a trajectória mais típica e frequente é a do assalariado que passa a patrão, mas onde têm igualmente expressão trajectórias mais graduais como a do assalariado-independente-patrão ou a do trabalhador familiar não remunerado-assalariado-patrão, ou menos vistosas como a do assalariado que se converte em independente; os que apresentam *uma única situação*, seja a de patrão seja a de independente; e o caso dos *percursos irregulares*, que tanto ascendem (sob este ponto de vista) como retrocedem, que é o que acontece, por exemplo, quando um assalariado passa a patrão mas, cor-

rendo mal o negócio, tem de despedir o pessoal e ficar a trabalhar sozinho, ou quando uma assalariada passa a independente mas, por causa dos filhos e do negócio do marido, tem de ficar a dar colaboração a este último, para mais tarde poder voltar à sua almejada independência.

As *razões* invocadas para estas mudanças prendem-se, na maior parte dos casos, com uma procura de aumento do rendimento económico mas resultam também, em muitas circunstâncias, do surgimento de boas ou irrecusáveis oportunidades, mais ou menos casuais e não deliberadamente perseguidas. Observámos também casos, estes claramente menos frequentes, de mudanças impostas pela perda de rendimentos (concretamente, situações de desemprego) e de outras inseridas no desenvolvimento normal de uma carreira profissional (como a do contabilista diplomado que se inicia profissionalmente trabalhando por conta de outros).

Uma vez que, por critério de base de partida, todos os entrevistados eram estabelecidos por conta própria, tornou-se fácil identificar as *estratégias de independência* anteriormente seguidas que levaram à actual situação, utilizando os conceitos elaborados para o estudo sobre o trabalho independente. Assim, pôde concluir-se sobre uma fundamental paridade entre as duas principais estratégias: a *empresarial*, que traduz a intenção de fundar e gerir uma empresa própria, podendo a ocorrência actual de uma actividade independente *strictu sensu* constituir uma etapa de passagem para aquele objectivo, ou o resultado da sua frustração; e o projecto de *autonomia*, que persegue efectivamente uma situação “sem chefes nem dependentes” ainda que possa desembocar na constituição de uma pequena empresa. Em qualquer destas alternativas tem alguma expressão a importância do surgimento de *oportunidades*, momentos cruciais nos quais as decisões então tomadas vieram a revelar-se fundamentais para a vida profissional e económica do sujeito e dos seus dependentes. E embora limitada a um único caso, ainda assim encontrámos um emigrante que passara de assalariado a pequeno patrão por *recurso de sobrevivência*(!), concretamente, pela dificuldade em que estava de assegurar um rendimento suficiente trabalhando a salário na construção civil, actividade que, devido às condições climáticas do país, está praticamente parada durante meio ano, com os trabalhadores recebendo subsídios de desemprego. Sobre as vantagens do trabalho por conta própria, Acácio, por exemplo, afirma: “Sempre pensei que, se era capaz de trabalhar para os outros, podia ainda melhor trabalhar para mim próprio”. E Romeu confirma que “Trabalhar por conta própria é melhor, é. O senhor faz aquilo que quer, não anda debaixo do domínio de ninguém, e isso é que conta. Também ganha um bocado mais, mas também arrisco mais, ganho se trabalho”.

Quanto ao *estatuto de independência* a que - na altura do trabalho de campo desta pesquisa - tais estratégias haviam conduzido, em muitos casos certamente de forma temporária, mais de metade do grupo situava-se na categoria dos *micro-empresários* (por empregarem assalariados), enquanto uma parcela menor correspondia ao estatuto de *trabalhador isolado* (isto é, trabalhando por conta própria, sem assalariados, embora contando eventualmente com a colaboração de familiares não remunerados), e outra, ainda um pouco menos expressiva, correspondia às *profissões liberais* tradicionais (mercado de trabalho de acesso controlado, formação muito exigente, sistema de licenças oficiais, associativismo, elevado prestígio e remuneração, risco, etc. - podendo ter ou não colaboradores assalariados).

Na realidade, cerca de quatro quintos dos nossos entrevistados disseram empregar *assalariados*, com frequência portugueses, em número de 1 a cerca de 16. A maior parte beneficia também da ajuda de *familiares*, geralmente o cônjuge, mas por vezes ainda de filhos ou genros. E mais de um terço dos inquiridos encontra-se estabelecido com outro ou outros *sócios*, os quais em geral se ocupam efectivamente da actividade. Por exemplo, Manuel buscou um sócio mecânico para a sua “estação de serviço-auto”, juntando ao abastecimento de combustíveis os serviços de reparação em mecânica, regulação de rodas e faróis, etc. E profissionais como Cássio (contabilidade) e Rafael (seguros) trabalham em gabinetes com mais um ou dois sócios da mesma especialidade.

Pudemos também verificar que, na maior parte dos casos, houve *continuidade* da actividade exercida anteriormente, geralmente como assalariado, para o ramo em que o sujeito se estabeleceu por conta própria. Isto põe em realce a importância da experiência acumulada no exercício de uma determinada actividade cuja responsabilidade cabe a um terceiro, para que o próprio possa abalançar-se posteriormente ao risco da independência. Em vários casos detectados, terá havido provavelmente rupturas com o anterior empregador, que vê passar o seu empregado a concorrente (eventualmente levando-lhe alguma clientela ou segredos do ofício); noutros casos, naturalmente assumidos sem qualquer dificuldade, é mesmo o patrão que lhe “propõe sociedade” ou lhe “passa o negócio”. Mas a não continuidade contém também alguns significados importantes, entre eles o de certas actividades exercidas por conta própria - em especial, o comércio - poderem exigir competências de natureza mais comportamental e relacional do que propriamente técnicas (ligadas à natureza da mercadoria ou do serviço que se vende). Nestas áreas em que as relações humanas constituem a competência económica mais decisiva, abre-se então um campo de mudanças e mobilidades profissionais e so-

ciais não negligenciáveis, e isto ajudar-nos-á a compreender o carácter multiforme e complexo que assume o sector amplo do trabalho independente nas nossas sociedades.

É também certo que a conjuntura económica pode afectar muito fortemente este sector. A *data do estabelecimento* por conta própria dos nossos entrevistados é um indicador desta importância. Assim, se cerca de três quartos dos estabelecimentos ocorreram nos anos 70 e 80 (e metade, nesta última década), quando a economia no Quebeque era muito dinâmica e expansiva, a quebra que se observa no número de estabelecimentos nos anos 90 traduz as dificuldades económicas que desde então começaram a assolar a economia da Província.

Na opinião dos emigrantes, entre os *factores de maior importância* para o sucesso (ou a sobrevivência) da actividade por conta própria conta-se, em primeiro lugar e de forma bastante destacada, a existência da própria *comunidade portuguesa como mercado preferencial* para a venda dos seus produtos e serviços. A concentração geográfica (dos estabelecimentos e de residências no tal “bairro português”), a coesão social do grupo (homogeneidade de origem e escassa integração no *melting pot* canadiano) e a manutenção de traços culturais portugueses (da gastronomia às festas familiares, à religião e ao futebol), estão na base desta importância primordial. Daí as preocupações de muitos que constataam a dispersão e o dismantelamento da (real ou suposta) unidade que antes caracterizava a imigração portuguesa em Montreal.

Num patamar já claramente secundário, reconhecem os nossos interlocutores a importância crescente da *qualificação, formação e certificação profissionais*, por um lado, e da *modernização dos equipamentos tecnológicos*, por outro, como factores de viabilidade das suas empresas. Por fim, de maneira mais dispersa, há ainda alguns que realçam a importância de factores como o património económico adquirido (em particular como bem transaccionável em caso de decisão de retorno ou na fase da aposentação), o acesso ao crédito bancário (que a maioria prefere e consegue evitar, com recurso ao aforro), e a dependência exclusiva de agentes económicos terceiros (quer, por via contratual, de fornecedores; quer por integração num esquema comercial de representação ou de *franchising*).

Quanto às *dificuldades presentes* dos seus negócios, indubitavelmente que uma expressiva maioria dos entrevistados elege o estado presente da *economia* do Quebeque - abrandamento da actividade económica, falta de investimentos, desemprego, menos dinheiro disponível para o consumo, etc. - como a principal. Por exemplo, Abílio, comerciante de móveis, queixa-se da “crise que está tão grande aqui - geral, geral, geral - compra

não há, capital não há, desemprego... Está-se a atravessar uma grande crise nos últimos cinco anos. Uma das maiores casas que havia aqui em Montreal (...), aqui em frente, um comércio português há 35 anos, uma actividade grande a nível canadiano, fechou as suas portas”.

Em seguida, a carga excessiva dos *impostos* concita igualmente expressões de desagrado muito generalizadas. Rui, por exemplo, diz que os impostos triplicaram em 15 anos, e Saúl afirma: “Bem, se falamos de impostos, isso então é assustador (...), não tem caminho, é incompreensível o que se passa aqui (...). Estão a copiar da Europa o sistema (...) martirizar o contribuinte (...) sem dó nem piedade. Mais aqui do que em qualquer outra província (...). Temos de pagar a dois governos (...) é muita coisa em duplicado”.

E, quase em paridade com o peso da fiscalidade, surgem as críticas à *política* e, mais em particular, à orientação independentista dos políticos do Quebeque. Embora alguns reconheçam que “os quebequenses têm razão, em relação ao (governo) federal”, como o faz Duarte, editor de jornais e dono de tipografia, a maioria tende porém a criticar os políticos nacionalistas francófonos ou receia os efeitos da eventual independência. O alfaiate Silvestre, por exemplo, acha que, com a independência, “vai haver um ambiente desfavorável” aos imigrantes e Orlando, serralheiro civil, afirma que “a independência, mais tarde ou mais cedo, vai vir, de certeza, e vai trazer prejuízos. Nunca vi uma revolução ou uma independência ficar bem; precisa muitos anos. O senhor veja o que se passou noutros países, em Angola e Moçambique (...). E aqui? O que é que fazem 5 ou 6 milhões de pessoas?”

Como é compreensível, as restantes causas de dificuldades da actividade destes independentes são já mais dispersas, particulares e essencialmente de natureza económica. Trata-se de problemas específicos de clientela (por exemplo, a localização do estabelecimento, as mudanças de instalações ou a relação personalizada da cabeleireira ou do agente imobiliário com os seus clientes), do preço dos arrendamentos comerciais, de problemas de concorrência (um exemplo: o caso da genuinidade, ou não, da gastronomia ou dos vinhos servidos em tal ou tal “restaurante português”), do peso dos “encargos de pessoal” ou do regime sazonal do trabalho na construção civil (como já se disse, praticamente limitado a apenas seis meses por ano).

Por fim, no que respeita aos *ramos de actividade profissional* cobertos pelos nossos entrevistados - 33, como dissemos, um por cada inquirido - e dado que a sua enumeração seria aqui fastidiosa<sup>11</sup>, diremos sumariamente que eles se podem analiticamente agrupar numa dezena de conjuntos, por afinidade de situação económica e profissional. Temos,

assim, um grupo de ofícios mais ou menos tradicionais da construção civil, que se liga, por um lado, com um grupo de fabricantes que trabalham em oficina mas cujos produtos são aplicados nas edificações (género serralheiro civil), e, por outro lado, se articula com os vendedores de materiais e artefactos para a construção e as residências (móveis, louças sanitárias, cortinados, etc.). A estes comerciantes adicionam-se outros dois grupos de vendedores, o primeiro de artigos de vestuário, calçado, etc. e o segundo de produtos alimentares. Estes últimos têm fortes relações económicas com o grupo dos prestadores de serviços de restauração e hotelaria. Existe, por outro lado, um grupo de reparadores tecnológicos (da mecânica à electricidade e à electrónica). Um outro grupo, o mais numeroso de todos, é constituído por prestadores de serviços diversos, directamente dirigidos às pessoas e às suas necessidades correntes (lavandaria, agência de viagens, etc.). Perto deste grupo mas distinguindo-se dele pela qualificação, complexidade e valor económico das suas actividades, encontram-se os profissionais liberais (notariado, contabilidade, seguros, etc.). Não facilmente agrupável com nenhum outro, quedou-se o ramo da informação, com uma actividade associando estreitamente labores de tipografia, edição e jornalismo relativamente tradicionais com projectos inovadores tecnologicamente mais avançados.

Como se vê, o grande denominador comum de todas estas actividades reside no facto de que elas se inscrevem numa *economia de serviços tradicionais*, adequada a uma situação de mercado urbano mas relativamente restrito e isolado, e fundamentalmente dependente da existência do grupo comunitário português. Não é, pois, de estranhar que os mais avisados dentre eles procurem justamente abrir-se a clientela mais vastas e diversificadas (quer modernizando o tipo de produtos e serviços oferecidos, quer explorando a especificidade comunitária da oferta, mas agora com a preocupação da garantia da sua qualidade, para atrair uma clientela cosmopolita), enquanto os mais desmunidos ou menos ousados se acantonam numa estratégia de redução de custos, seja através do despedimento de empregados, da procura de arrendamentos mais baratos, etc, seja na aposta do projecto da “empresa familiar” (às vezes de forma desesperada, pressionando vocações nem sempre visíveis).

É legítimo perguntar que género de actividades por conta própria esta listagem deixou de fora e de que maneira tal ausência poderá ter afectado esta análise. Com referência às fontes utilizadas, podemos citar os floristas, os jardineiros, as agências funerárias, os artistas musicais, os alugadores de limusinas, os médicos e os advogados como actividades que teriam sido cobertas caso a nossa estadia tivesse sido mais prolongada. Mas não haveria muito mais actividades para além destas. Ora, quer no género de

competências mobilizadas, quer no tipo de inserção económica, tais actividades mais nada de significativo viriam acrescentar ao já revelado. Pelo contrário, se a consideração de um maior leque de profissões liberais, ou próximas deste estatuto, teria o interesse de realçar o acesso, tardio mas real (com base numa maior frequência de estudos superiores), dos filhos dos imigrantes a ocupações muito qualificadas, ela teria também o inconveniente de poder enviesar a visão de conjunto do universo em análise. Mesmo não se tratando de um estudo extensivo, este sentido das proporções e da representatividade do grupo dos inquiridos deve manter-se como uma preocupação do investigador.

## Família

Nesta última secção, analisamos algumas variáveis decisivas referentes ao domínio conceptual da família. E o primeiro dado de grande significado é, sem dúvida, a existência de uma composição familiar absolutamente dominante, marcada pelo modelo da família tradicional, duradoura e nuclear. Com efeito, no que respeita ao *casamento*, é notável não só que a escolha do cônjuge tenha sido feita entre compatriotas (em Portugal, ou já no Quebeque, entre membros da comunidade), como em bem mais de metade dos casos ela tenha incidido sobre conterrâneos, com fidelidades e compromissos que muitas vezes resistiram a alguns anos iniciais de emigração de apenas um dos nubentes. Em todo o grupo estudado apenas encontrámos três casos de casamento com não portugueses, dois dos quais entre os mais jovens (um já nascido no Quebeque e outro vindo quando era ainda criança) que, assinalavelmente, se consorciaram com filhos de imigrantes de outras comunidades étnicas (jugoslava e polaca)! O terceiro casado com não portuguesa, de idade já madura, foi, curiosamente, o único onde encontrámos uma situação de segunda experiencial conjugal, com filhos de duas relações diferentes e espalhados por dois países de emigração!

Quanto ao *número de filhos*, se é certo que a sua existência é a norma (só em dois casos eles não existiam, um deles casamento recente), também é verdade que o seu número é restrito, com uma distribuição centrada no número “dois”, e em caso algum ultrapassa os três filhos. As unidades familiares são assim de reduzida dimensão, uma ou outra vez acrescentada de um progenitor já viúvo ou de um colateral mais desamparado.

No que respeita à *educação* proporcionada aos descendentes, a norma é eles seguirem o *percurso escolar* instalado no país<sup>12</sup> enquanto for possível, havendo cada vez mais a consciência da importância da escolaridade-

de como factor decisivo da sua futura inserção profissional e social. Deste modo, encontrámos cerca de um quarto do total de inquiridos em que os seus filhos tinham atingido o nível de estudos superiores e muitos outros que alimentam fortemente tal expectativa. Segundo um dos testemunhos, essa foi uma das importantes alterações de comportamento das famílias portuguesas no Canadá, quando passaram a querer que os seus rebentos chegassem à universidade, em vez de os encorajar a trabalhar logo que possível.

É importante assinalar que, se - como foi judiciosamente demonstrado no caso dos imigrantes portugueses em Boston - os valores “tradicionais” ou “modernos” dos pais se reflectem fortemente nas atitudes e resultados escolares dos filhos (Cunha, 1983), também parece existir um impacto significativo das mais longas escolaridades dos filhos (universitárias, em particular) sobre o processo de “modernização” das orientações valorativas dos pais.

A preocupação dos emigrantes quanto à educação dos filhos passa igualmente, por vezes, por uma avaliação estratégica da reputação e consequências da escolha de certas escolas privadas (no ensino primário e secundário) ou pela alternativa linguística (anglófona-francófona) caracterizadora dessas mesmas escolas. Mas em grande número de casos eles inscrevem paralelamente os seus filhos em escolas portuguesas, de modo a consolidar a *aprendizagem familiar da língua* portuguesa. Com efeito, observámos que se em cerca de metade das famílias o idioma falado quotidianamente é o português, num número apreciável de outros casos usar-se-á paralelamente o inglês, ou mesmo o inglês e o francês, havendo ainda situações onde já se fala correntemente só o inglês ou o francês, ficando então o português apenas para ocasiões especiais de festas ou relações alargadas intra-comunitárias. Porém, a preocupação de que os filhos falem a língua portuguesa, conheçam as suas raízes e prolonguem esta identidade cultural-nacional, é patente na generalidade dos emigrantes. Entre muitos outros, Rafael, de 62 anos, vai “de férias a Portugal quase todos os anos, para que os filhos não percam as origens” e até Cármen, já nascida em Montreal, “tem visitado algumas vezes Portugal”.

É preciso contudo perceber a existência de certas orientações contraditórias, na sua essência, no que respeita ao funcionamento destas unidades familiares. Nomeadamente, no que respeita ao envolvimento do cônjuge na esfera de actividade por conta própria do inquirido, pudemos verificar que, se a esmagadora maioria desses cônjuges (quase sempre mulheres) tem uma actividade económica (e não apenas caseira-familiar), *elas* dividem-se claramente entre as que *colaboram com os maridos* na sua actividade e as que trabalham (geralmente por conta de outrem) em outra

actividade diferente. De forma semelhante, entre os *filhos* já adultos, dividem-se também os que colaboram no negócio paterno e aqueles que são activos, mas em ramo que nada tem a ver com o da sua família.

Por último, procurámos perceber para onde se encaminhavam, prioritariamente, os frutos da actividade económica desenvolvida na emigração, onde *investiam* os emigrantes as suas poupanças. Pareceu-nos ser este um indicador interessante e objectivo das estratégias de orientação da vida do emigrante português em terras canadianas. Os resultados que pudemos apurar mostram, em primeiro lugar e de maneira extremamente clara, a preocupação do investimento para *aquisição de casa própria*, o que é conseguido na maioria dos casos. Este facto indicia uma prioridade ao conforto e qualidade da vida familiar quotidiana, que deve ser assinalada, pois ela contrasta fortemente com comportamentos ainda recentes de emigrantes portugueses na Europa, por exemplo. Naturalmente, percebe-se que, tratando-se de estabelecidos por conta própria, o investimento no próprio negócio tenha sido igualmente uma aplicação importante dos dinheiros amealhados, quer em termos de compra do local de trabalho, quer na actualização dos equipamentos tecnológicos. E quanto ao destino dos restantes rendimentos acumulados, a variedade do leque das suas aplicações é, em si mesma, indicativa dos principais projectos e expectativas de futuro que orientam a vida dos sujeitos. Assim, temos, por um lado, uma divisão clara entre investimentos imobiliários e aplicações financeiras (normalmente, depósitos bancários a prazo), e, por outro lado, outra divisão não menos clara e significativa, entre aplicações no próprio Quebec e em Portugal (onde, como se sabe, houve sempre a política de tentar captar tais poupanças). A construção de uma residência em Portugal, na terra de origem, continua também a ser uma prática frequente, mesmo se as pessoas se interrogam às vezes se terá sido uma decisão correcta ou se as irão um dia, de facto, habitar.

Com base neste e noutros dos indicadores vistos anteriormente, tentámos ainda, pela nossa parte, construir uma tipologia “globalizante” caracterizadora do que seriam os *projectos de vida* destes sujeitos. É um conceito que se refere mais aos valores profundos que orientarão a conduta e a racionalidade das escolhas dos actores, e não propriamente algo que possa sempre ser consciencializado e reconhecido verbalmente pelos próprios. Nestes termos, o projecto de vida mais comum seria o de *manter o conseguido*, ou seja, uma orientação que tem muito em conta o estatuto sócio-económico de origem e o esforço e sacrifício pessoal realizados para atingir o bem-estar actual, ao mesmo tempo que é bastante cautelosa e preocupada quanto à preservação futura desta situação, e, além disto, não tem grandes ilusões sobre o significado da sua ascensão,

quer em termos relativos (marcados por uma mobilidade social ascendente geral), quer com referência aos padrões do meio originário (estereótipos do emigrante, etc.), pelo que espera que, da sua vida, possa sobretudo resultar um benefício real para a vida dos seus descendentes. Seria pois, um tipo marcado por um sentido prático das realidades, mas não por isso menos racional, estratégico e deliberado.

Os restantes tipos, teriam todos eles menor campo de verificação empírica (em termos de frequência quantitativa da sua ocorrência) mas idêntica correspondência com situações efectivas da realidade existente. Temos, em primeiro lugar, o projecto do *enriquecimento e do sucesso*, marcado pela ideia de ascensão económica (e eventualmente social), auto-estima do protagonista, confiança e segurança (mesmo face ao futuro), convicção profunda da importância das qualidades que permitiram a ascensão (tenacidade, trabalho, esperteza, etc.) e algum gosto ostentatório do padrão de vida conseguido e dos prazeres que ele autoriza. Emídio, por exemplo, açoriano de 54 anos, refere: “Tenho casa própria e tenho apartamentos também. Tenho a minha vida feita. (...) Passo um mês de férias nas Caraíbas, no Inverno. (...) Agora vou de férias a S. Miguel, 3 semanas; costume ir ao Continente também muitas vezes (...). Já fiz a minha parte”.

Há também o modelo do *esforço canalizado para os descendentes*. Diferentemente do primeiro tipo, aqui primam o sacrifício e a abdição dos interesses e objectivos próprios, em favor da tentativa de evitar a todo o custo que os filhos conheçam situações semelhantes, proporcionando-lhes condições de desafogo financeiro, aproveitamento da relativa igualização de condições sociais presente em países de imigração, como o Canadá, e forte investimento no processo educativo formal. São, em geral, pessoas estigmatizadas pela sua origem social e pela sua história pessoal, sofridas e “transferidas” para a realização dos próprios filhos.

Temos, por outro lado, o projecto da *empresa familiar*. Neste caso, a afectividade dos laços familiares confunde-se com a racionalidade de um projecto empresarial. O pai persegue aqui o projecto não apenas de ser o fundador de uma unidade económica, mas também de ver garantida a sua perenidade, através da gestão futura dos filhos (ou genros) - hoje, como a mulher, colaboradores do negócio, mas aprendendo já os segredos e as artes da sobrevivência desta “micro-comunidade total”, não num mundo natural estável (mas agressivo) como o que poderia rodear uma família alargada camponesa ou uma tribo pastoril nómada, mas num universo urbano e económico tão mutável, diferenciado e especializado como o de hoje.

E há finalmente o projecto da *realização profissional*, que marca profundamente as profissões liberais e também os possuidores de um

nível e de uma especificação técnica elevados, mesmo que a valorização da independência seja neles um pouco menos visível. Estes profissionais poderiam mesmo ser o grupo mais em risco quanto à persistência de uma “identidade de emigração”, não fora o facto de ser justamente através do seu sucesso profissional e social (na falta de uma expressão propriamente política) que hoje mais se afirma a identidade comunitária de grupo étnico num país como o Canadá (ou os Estados Unidos, cremos). O risco é assim compensado e convertido em factor positivo, através de uma certa metamorfose e modernização da própria comunidade dos portugueses no Quebeque.

Em termos analíticos, julgamos poder então afirma-se o seguinte:

- Em primeiro lugar, o processo familiar assume uma importância fundamental, quer no processo migratório em geral, quer em particular nas estratégias e na consolidação dos estatutos de independência sócio-profissional e económica;
- Por outro lado, os emigrantes portugueses no Quebeque parecem situar-se entre duas balizas referenciadoras: a do *tradicionalismo* e a da *modernização*. Marcadas pela primeira, temos certamente o modo de constituição da unidade familiar, as ajudas do cônjuge e filhos no negócio paterno ou as próprias empresas familiares. Portadores de modernização são, por outro lado, o reduzido número de filhos, a actividade “externa” da mulher, o prolongamento da escolaridade dos filhos, os projectos de realização profissional, etc. Com sentido ambivalente e complexo, podemos ainda identificar o uso conversacional do idioma português, a recente exibição de especificidade identitária étnica ou a diversificação de aplicações dos rendimentos acumulados. Isto leva-nos a formular a ideia de uma *transição*, entre o tradicional e o moderno, que caracterizaria actualmente os portugueses estabelecidos por conta própria no Quebeque. Sem a invalidar, esta interpretação pode diminuir a importância atribuída por alguns à clivagem comportamental e de projectos entre os fluxos migratórios provenientes dos Açores (com tradições antigas de emigração e para fixação definitiva) e os oriundos do Continente (vistos como transitórios e mobilizados pela ideia do retorno).

## Breves conclusões

Algumas das conclusões mais significativas apuradas pelo nosso processo de pesquisa foram já sinteticamente apresentadas em momentos de

encerramento dos vários domínios analisados. Não as repetiremos aqui. Guardamos este espaço final para outras observações mais gerais que respondam às questões que estiveram na origem deste projecto - a importância do estatuto de independência sócio-profissional no processo de emigração portuguesa - ou que se tenham evidenciado do decorrer dinâmico da própria investigação, ainda que não inicialmente conceptualizadas.

Eis então, para finalizar, tais proposições interpretativas gerais:

- Apesar das limitações metodológicas presentes, julgamos ter-se confirmado o essencial dos resultados obtidos em Portugal sobre o trabalho independente, nomeadamente no que diz respeito à interpretação das diferentes estratégias de independência, aos factores facilitadores e dificultadores do estabelecimento (socialização familiar, experiência, qualidades pessoais, conjuntura económica, crédito, tecnologia, qualificação profissional, etc.) e às especificidades e condicionalismos dos diferentes estatutos da condição independente.
- A existência de projectos “de autonomia” ou “empresarial” no âmbito de um projecto de emigração de “melhoria das condições de vida” não parece suscitar nenhuma primazia ou função particular. O seu lugar surge, de maneira muito mais evidente, após um prazo de instalação e de estabilização do emigrante no país de acolhimento. A partir daí, a motivação ao estabelecimento por conta própria ganha contornos, em parte específicos, em parte semelhantes aos observados em Portugal.
- A análise do caso dos portugueses no Quebeque permitiu realçar a importância fundamental da dimensão familiar nestes processos económicos, sociais e profissionais. Cônjuges e filhos são elementos cruciais das escolhas, projectos e expectativas, e agentes actuantes neles, e não apenas “factores” condicionantes. Com a criação do conceito de “projecto de vida”, tentou-se traduzir formalmente a interacção das orientações sociais, económicas, familiares e profissionais dos sujeitos, em situação de imigração.
- Em face desta última observação, é agora talvez chegado o momento de chamar a atenção para uma maior consideração do papel estratégico da dimensão familiar em muitos processos sócio-económicos correntes, como sejam os comportamentos no mercado de trabalho, a escolha da profissão ou a orientação para a independência - muito para além do contexto do fenómeno migratório.
- Parece evidente a existência de um acentuado processo de mudança no seio do grupo analisado e dos imigrantes portugueses no Quebeque. A tese do “declínio” tem principalmente por suporte a

referência a uma “emigração tradicional”, fechada sobre si mesma e nostálgica da terra-mãe. Ora, é claro que o “envelhecimento” desta população e a sua “não reprodução” (através de novas chegadas maciças) está a ter um efeito porventura menos esperado pelos próprios, ou até não desejado, que é o de uma maior integração social e cultural no meio urbano envolvente. Os agentes dessa abertura são, em especial, os filhos escolarizados e muitas vezes os cônjuges dos emigrantes que viajaram. A emergência de mulheres activas e de filhos profissionais qualificados, reconhecidos para além das fronteiras da comunidade própria, é um sinal seguro desta modernização em curso.

- Apesar disto (da abertura de horizontes e referências), e devido à homogeneidade das características sociais de origem, a emigração portuguesa no Quebeque mantém ainda uma notável coesão de comportamentos e orientações valorativas, alicerçando condições para a construção de uma “comunidade étnica” consolidada - não de um *gheto* nacional! - no seio da sociedade quebequense e canadiana, que poderá ainda ser continuada pela geração seguinte.

Novembro 1996

## Notas

- 1 João Freire, *O Trabalho Independente em Portugal*, Lisboa, CIES-ISCTE, 1995. A referida estadia no Quebeque foi possível graças, em particular, aos apoios recebidos da JNICT e da Fundação Calouste Gulbenkian.
- 2 Projecto acaentado pelo Prof. Fernando Medeiros, da Universidade de Paris-X, visando criar condições para uma análise comparativa entre situações de imigração dos portugueses como as da Europa Ocidental, América do Norte, Brasil e África do Sul.
- 3 O resultado deste referendo, da iniciativa unilateral do governo do Quebeque e que questionava os eleitores sobre a independência política da Província, foi, como se sabe, um triunfo tangencial do “Não”. Mas, por um lado, este resultado foi obtido graças a uma maioria “federalista” muito mais expressiva em Montreal, que travou o “soberanismo” (quebequense) prevalecente no resto do território. Por outro lado, o processo político sucedâneo está a ser marcado por uma euforia “soberanista” que considera estar-se apenas numa moratória que acabará vitoriosamente numa próxima oportunidade adequada, recusando-se mesmo o governo do Quebeque a qualquer discussão com Ottawa sobre o princípio da soberania nacional democrática do Quebeque. Em terceiro lugar, a francofonia compreende mal as atitudes políticas dos grupos étnicos, tendencialmente favoráveis ao *statu quo*, e vistos como “manipulados” pelo governo da federação. E, por último, como se compreende, a maioria “federalista” de Montreal já evoca a possibilidade de um referendo nesta zona, em caso de declaração de independência da Província.
- 4 A singularidade da situação de Montreal, para além dos dados históricos e sociais, reside no facto de que, do lado dos anglófonos, tudo se passa como se a nação canadiana tivesse

investido fortemente nos últimos 30 anos para fazer de Montreal a sua montra preferencial para o mundo (renovação urbana, feira universal, Jogos Olímpicos, aeroporto de Mirabel, etc.) e os francófonos se tivessem aproveitado disso para seu exclusivo benefício, enquanto que, para este últimos, a parcialidade da coligação anglo-americana se revela justamente pelo boicote do investimento dos últimos cinco ou seis anos e se atribui a dinâmica da vida cultural da cidade à imaginação, diferença e criatividade da cultura nacional quebequense.

- 5 *Portugal em Montreal* é um serial que se publica há 26 anos por iniciativa da empresa Information et Publicité Portugaise. *Anuário Comercial Português* é uma publicação idêntica, esta da responsabilidade de Mário Amorim e Maria Amorim. Nos dois casos utilizámos as edições de 1996, sendo ambas editadas em Montreal, de distribuição gratuita, a primeira com 200 páginas e a segunda com 88 (mas com formatos diferentes).
- 6 Nomeadamente o Consul-Geral de Portugal em Montreal, Dr. Jacob de Carvalho, a Prof<sup>a</sup> Edite Noivo (da Universidade de Montreal) e o Dr. Celestino Andrade, Director-Geral da Caisse d'Économie des Portugais de Montréal (Mouvement Desjardins).
- 7 O autor viveu, estudou e trabalhou em Paris entre 1968 e 1975. Na qualidade de operário não qualificado, pôde conviver intensamente durante três anos com muitos operários portugueses nas oficinas de pintura da fábrica de montagem de automóveis Renault, em Boulogne-Billancourt, sem que a sua origem e trajectória social fossem descobertas, apenas sendo percebido como alguém que “fugira à tropa” (como tantos outros) e que “tinha estudos” (cheguei a confirmar que tinha feito o 5º ano dos liceus, mas mais não fui questionado...). Esta integração relativa, quer no que toca aos imigrantes económicos portugueses, quer ao meio operário e sindical (de base) francês, suportou mesmo convívios extra-trabalho esporádicas como a de convites para festas de casamento ou para pequenos “parties” privados proletários onde, após um almoço domingueiro familiar reforçado, se arredavam os móveis do HLM para uma improvisada *soirée* dançante. Um momento embaraçoso ocorreu quando, um dia, deparei com um antigo marinheiro que comigo estivera embarcado em África e que, estupefacto, ao ver-me em fato-macaco, perguntou “Então o Senhor Tenente está aqui?” - mas felizmente que ele trabalhava para uma empresa exterior e não me “desmascarou” entre os colegas. Esta postura, que se manteve em várias outras situações de aprendizagem e trabalho industrial que se seguiram, contrasta com o conhecimento, que circulava entre os portugueses, de que tal ou tal imigrante que desempenhava funções de “OS”, de “controlador” ou “agente técnico” era, de facto, um engenheiro, um intelectual, um estudante ou um activista político. Nestes casos, a separação identitária estava então feita e era irremediável. O que não significa que não existisse, na cultura operária inter-nacional de uma grande fábrica como a Renault, uma larga tolerância para com indivíduos com comportamentos desviantes: aquilo era visto como um caldeirão onde caíam as mais variadas vítimas das desgraças do mundo. De um colega pintor de automóveis que passava as horas de descanso lendo insaciavelmente livros em caracteres cirílicos, dizia-se que era um antigo nobre russo!
- 8 Entre esta documentação inclui-se a imprensa portuguesa publicada no Canadá, alguns estudos universitários e dados administrativos canadianos.
- 9 Entre os quais Dimitrios Roussopoulos, Bernard Estevez, Stephen Schecter e outros professores do Departamento de Sociologia da Universidade do Quebec em Montreal.
- 10 Nome de código, inventado por nós, tal como todos os outros adiante citados, utilizados para referenciar as pessoas que entrevistámos. Nas breves transcrições das entrevistas que, seguidamente, aparecem no texto deve ter-se em atenção os advérbios de lugar (cá, significa Canadá; lá, significa Portugal) e o facto de, por vezes, os tempos dos verbos terem sido corrigidos por nós, para maior fluidez da leitura.
- 11 Eis a listagem das actividades profissionais dos entrevistados, antecedidas dos respectivos nomes de código utilizados:

Abel - Fotógrafo  
 Abílio - Loja de mobiliário  
 Acácio - Agência de viagens  
 Adélio - Café-*snack-bar*  
 Adolfo - Padaria-confeitaria  
 Aida - Loja de vestuário  
 Cármem - Notário  
 Cássio - Contabilista diplomado  
 Dario - Actividades financeiras (situação particular, não correspondente, de facto, a um estabelecimento por conta própria, mas sim a um cargo de director e presidente, onde, contudo, as características de autonomia, responsabilidade e conhecimentos altamente qualificados correspondem praticamente ao perfil de um profissional liberal)  
 Duarte - Tipografia e edição de jornais  
 Emídio - Loja de ferragens e materiais de construção  
 Eufrásio - Colocação de caixilhos de alumínio  
 Joel - Reparação e venda de equipamentos de audio e video  
 Josué - Loja de mercearia e alimentação  
 Júlia - Cabeleireiro e esteticista  
 Macário - Loja de ouro e relógios  
 Marcelo - Bomba de gasolina e mecânica de automóveis  
 Nicolau - Coberturas de edifícios  
 Octávio - Loja de peixe  
 Orlando - Serralharia civil  
 Oscar - Carpintaria civil e de móveis  
 Paulo - Restaurante  
 Pedro - Reparação de equipamentos eléctricos  
 Rafael - Mediador de seguros encartado  
 Raquel - Loja de sapataria  
 Regina - Agente imobiliário  
 Romeu - Pedreiro  
 Rui - Mecânico e venda de máquinas de costura  
 Saul - Loja de venda e preparação de cortinados  
 Sérgio - Lavandaria e reparações de vestuário  
 Silvestre - Alfaiate de arranjos e reparações de vestuário  
 Tiago - Hotelaria  
 Tomé - Pintor de construção civil

- 12 Em poucas palavras, o sistema de ensino inclui escolas primárias ou básicas, por um lado, e secundárias (*o high school*), com uma fase terminal que prepara a entrada no ensino superior, ou então uma área profissional para a inserção no mercado de trabalho (CEGEP), por outro. Estas instituições são financiadas pelos poderes públicos mas geridas por "comissões de educação" territoriais (pais, directores de escolas, professores, etc.), de carácter confessional (católicas, protestantes, etc.) - sistema que, de resto, é objecto de um aceso debate político e que pode vir a evoluir para uma base linguística (francófona-anglófona), que não se apresenta muito mais promissora! No ensino superior, as universidades têm diversas origens quanto à instituição que as criou (Governo Federal, Província, Autarquia, entidade privada) mas são verdadeiramente autónomas nas suas decisões e responsabilização, recebendo dinheiros do Estado mas recorrendo também fortemente aos donativos e aos contratos das empresas.

## Bibliografia

- Almeida, Carlos C., "Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar", *Análise Social*, (40), 1973;
- Almeida, Carlos C. e Barreto, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1970;
- Alpalhão, João A. e Rosa, Victor M. P., *Les Portugais du Québec*, Ottawa, Ed. de l'Université, 1979;
- Alpalhão, João A. e Rosa, Victor M. P., *Da Emigração à Acluturação*, Lisboa, IN-CM, 1983;
- Anderson, Grace M. e Higgs, David, *L'Héritage du Futur: Les Communautés Portugaises au Canada*, Québec, Cercle du Livre de France, etc., 1978;
- Antunes, M.L. Marinho, "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", *Análise Social*, (30-31), 1970;
- Antunes, M.L. Marinho, "Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português", *Análise Social*, (65), 1981;
- Arroteia, Jorge C., *A Emigração Portuguesa: Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, ICLP, 1984;
- Baganha, M<sup>a</sup> Ioannis B., *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, N.York, etc., Garland Publ., 1990;
- Baganha, M<sup>a</sup> Ioannis B., "As correntes migratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, (128), 1994; Cordeiro, Albano, *L'Immigration*, Paris, La Découverte, 198\_
- Cunha, Pedro d'Orey da, *The Impact of Parental Values on the Educational Attainment of Portuguese Immigrant Students*, (Thesis for Doctor of Education), Boston, B. University, 1983;
- Ferreira, Eduardo Sousa, *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976;
- Gani, Léon, *Sindicatos e Trabalhadores Imigrados*, Lisboa, Prelo, 1975;
- Jackson, John, A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991 (ed. orig. ingl. 1986);
- Medeiros, Fernando C., "A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização", *Análise Social*, (125/126), 1994;
- Neto, Félix, *Psicologia da Migração Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993;
- Noivo, Edite, *Immigrant Families and the Social Injuries of Ethnicity, Class and Gender*, Montreal, McGill-Queen's Univ. Press, 1996;
- Pereira, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981;
- Rocha-Trindade, M<sup>a</sup> Beatriz (org.), *Estudos Sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1981;
- Rocha-Trindade, M<sup>a</sup> Beatriz (org.), *Recent Migration Trends in Europe (Europe's New Architecture)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993;
- Rocha-Trindade, M<sup>a</sup> Beatriz e Arroteia, Jorge C., *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Inst. Port. Ensino a Distância, 1984;
- Serrão, Joel, *Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972;
- Sousa, António Teixeira de, "Os trabalhadores portugueses na região de Paris: condições de habitação e de trabalho", *Análise Social*, (33), 1972;
- Sousa, António Teixeira de, "Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na região de Paris: contribuição para o estudo da sua relação", *Análise Social*, (40), 1973;